

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º _____

-----ATA N.º 17-----

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 2024:

Aos dezasseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu pelas vinte horas e trinta e seis minutos, em sessão ordinária, no Cineteatro Municipal Messias, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pelo Senhor Presidente da Mesa Carlos Alberto da Costa Cabral e pelos 1.º e 2º Secretários, o Senhor João Manuel Ferreira Louzado e a Senhora Maria João Rodrigues dos Santos, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: Período Destinado à Intervenção do Público, Período antes da Ordem do Dia e Período da Ordem do Dia: -----

- 1) Votação da Ata n.º 16; -----
- 2) Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----
- 3) Listagem de Compromissos Plurianuais; -----
- 4) Declaração nos termos previstos na alínea a), do n.º 1, do artigo 15.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro; -----
- 5) Declaração nos termos previstos na alínea b), do n.º 1, do artigo 15.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro; -----
- 6) Proposta n.º 14/2024 – Revisão Orçamental n.º 1 do ano de 2024; -----
- 7) Proposta n.º 16/2024 – Remuneração dos titulares de cargos de direção intermédia de 3.º e 4.º grau. -----

Uma vez declarada aberta a sessão, pelo Senhor Presidente da Mesa, o 1.º Secretário da Mesa, Senhor João Manuel Ferreira Louzado, procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal. -----

Os Senhores Deputados Municipais Carlos Alberto da Costa Cabral, Joana Isabel Martins Rigeiro de Sá Pereira, João Manuel Ferreira Louzado, Rosa Maria Sousa, Susana Catarina Simões de Almeida, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Ana Sofia da Costa Louzado, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino, Alexandre Edgar Mendes Rebelo, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Iola Marina Gaspar Baptista, João Manuel Lima Louceiro, Maria de Lurdes Jesus Cardoso Bastos, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Mário José de Sousa Gaspar, Abílio Lopes Semedo e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira estiveram presentes. -----

Os Senhores Deputados Municipais, Rui Manuel Ribeiro César, Elisa Carla de Abreu Simões e Sandra Isabel Baía Semedo solicitaram a sua substituição, o que veio a verificar-se, respetivamente, por Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, José Manuel Rodrigues Martins e Carlos Teixeira das Neves. -----

O Senhor Deputado Municipal João Miguel Leite Martins Silva solicitou igualmente substituição, tendo sido convocado o Senhor Deputado Municipal Luís Daniel

Almeida Oliveira, não tendo no entanto este comparecido na Sessão ou requerido substituição em tempo útil. -----

Estiveram ainda presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Jorge Fernandes Franco e os Senhores Vereadores, Ricardo Jorge Gonçalves dos Santos, Hugo André Afonso Alves e Silva, José Carlos Calhoa Morais, Sónia Maria Pereira Leite e Luís Filipe Tovim Ferreira, em substituição de Rui Manuel Leal Marqueiro. --. De seguida, o Senhor Presidente da Mesa deu início ao **PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, tendo-se inscrito os Senhores Hugo Eduardo da Silva Santos, Óscar Manuel Ferreira Carvalho, Sónia Isabel Lopes de Almeida Pinto e Isabel Cristina Carvalho. -----

1) No uso da palavra, o Senhor Hugo Santos iniciou por referir o ringue/campo de futebol de 7 junto aos edifícios sociais da Póvoa da Mealhada, salientado a necessidade de manutenção do mesmo, de modo a possibilitar uma utilização segura. De seguida questionou sobre a existência de projeto para a Avenida Comendador Messias Baptista, expondo depois a problemática do trânsito constante, com velocidade e estacionamento abusivo, que acontece na Póvoa da Mealhada, relatando vários exemplos de tal situação. Indagou para quando o início do projeto de melhoramento da zona envolvente do cemitério Municipal de Mealhada, pois os cedros lá existentes estão a danificar cada vez mais os passeios. Terminou questionando se a Câmara Municipal já alertou quem de direito, ou se pretende fazer por si, a limpeza das linhas de água nas zonas abaixo dos lavadouros da Póvoa da Mealhada, perguntando ainda de quem é a responsabilidade de limpeza dos terrenos em volta da Fonte de Mergulho centenária junto ao Rio Velho. (início: após 05 minutos; fim: após 08 minutos) -----

2) No uso da palavra, o Senhor Óscar Carvalho iniciou por expressar preocupações sobre as obras efetuadas no saneamento, a montante da Fonte de São João no Luso. Seguiu referindo a compostagem comunitária e a sua implementação no Luso, iniciativa que carece de mais divulgação junto da população. Demonstrou em seguida desalento quanto à omissão de referência no orçamento para 2024 sobre o Cineteatro de Luso ou em relação à Quinta do Alberto, incitando a que ocorra discussão pública sobre o projetado para o local, referindo ainda o estado lastimável de alguns arruamentos no Luso. Finalizou questionando sobre o estado do processo judicial interposto contra a Sociedade Central de Cervejas e Bebidas. (início: após 09 minutos; fim: após 13 minutos) -----

3) No uso da palavra, a Senhora Sónia Pinto, teve a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: -----

*“A escassez de habitação e crescimento da especulação imobiliária é cada vez mais uma realidade nacional e o concelho da Mealhada não é excepção. -----
Dados dos últimos censos e do INE, refletem perda de população residente no concelho, sobretudo jovens e população em idade ativa. Aumentou no entanto o número de famílias estrangeiras. Do ponto de vista do edificado, a percentagem de edifícios construídos na última década desceu cerca de 12% e há um extenso número de edifícios devolutos ou em mau estado por todo o concelho. -----*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º _____

No mercado de compra os preços dispararam na última década (12%) e o mercado de arrendamento é escasso e onde a situação é mais danosa com a subida dos preços em mais de 20€. -----

Do plano mais habitação do anterior governo demissionário, concretamente na estratégia local de habitação, cofinanciadas pelo PRR e programa 1.º direito, o município identificou em Agosto de 2022 alguns imóveis, designadamente na Póvoa da Mealhada, bairro ferroviário na Pampilhosa e bairro Melo Pimenta no Luso, para reabilitação e colocar no mercado acessível. Em nome do BE da Mealhada, coloco as seguintes questões ao Sr. Presidente: -----

- *1 – Em que fase de implementação estão estes projetos?* -----
- *2 – Está o município a identificar as necessidades habitacionais dos cidadãos?* -----
- *3 – Se o gabinete social ou centro local de apoio à integração de migrantes (CLAIM) tem conhecimento de condições “especiais” exigidas discriminatórias de cidadãos de nacionalidade estrangeira no acesso a contratos de arrendamento para habitação?* -----

Grata pela atenção. -----

Pelo BE Mealhada -----

Assinatura” (início: após 13 minutos; fim: após 15 minutos) -----

4) No uso da palavra, a Senhora Isabel Carvalho iniciou por dar nota que enviou mensagem ao Senhor Presidente da Câmara a manifestar indignação relativamente ao estado da Fonte de São João, a qual apresenta vasos e bancos deteriorados, numa imagem pouco digna de quem visita a Vila de Luso, mencionando ainda a pouca sensibilidade de quem embelezou o jardim. Referiu depois o piso danificado junto ao taque ao lado da capela, o qual pode originar acidentes; a existência de uma ligação elétrica que pode constituir perigo; a rutura no tanque junto às bicas da dita Fonte, que continua por reparar e que provoca lismos no chão; o pavimento junto às Termas, que apresenta desnivelamento das placas de granito, e que está cada vez pior. (início: após 15 minutos; fim: após 20 minutos) -----

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou por informar que, relativamente ao ringue/campo de futebol de 7 junto aos edifícios sociais da Póvoa da Mealhada, o mesmo será reabilitado, também numa parceria com a Federação Portuguesa de Basquetebol, que permitirá a prática de desporto em e com condições. Sobre o trânsito na Póvoa da Mealhada e Avenida Comendador Messias Baptista referiu que existe um projeto para a praça, o qual integra uma candidatura de acessibilidades e que aguarda aprovação, concordando que é necessária uma remodelação da zona central do lugar de modo a melhorar e minorar o impacto negativo do tráfego, existindo já contactos com a GNR nesse sentido. Quanto ao cemitério municipal informou que já foi aprovado o estudo prévio, estando a ser concretizado o projeto de execução para aprovação e lançamento do concurso, que vai englobar não só o cemitério mas também a praça em frente ao mesmo, acrescentando que vão ser também construídas habitações nas

proximidades, no âmbito do Programa 1.º Direito. Sobre a limpeza das linhas de água e espaço envolvente, venceu que algumas são de responsabilidade camarária mas outras são dever dos próprios particulares, acrescentando que já existem condições para ser lançado concurso para a limpeza do rio Cértima e reabilitação dos espaços envolventes, aguardando-se parecer sobre o apoio do Fundo Ambiental, estando também em preparação projetos para as restantes linhas de água. Em relação às obras efetuadas no saneamento, a montante da Fonte de São João no Luso, disse que o objetivo é que se cumpra com toda a legislação em vigor e que responda também às necessidades da população que ali reside, assim como no caso da rede pluvial, de forma a evitar inundações. Relativamente à compostagem transmitiu que, para já, foram definidos vários pontos pelo Concelho de Mealhada para início de projeto, referindo ainda outro projeto-piloto com o objetivo de tornar duas aldeias resíduos-zero, minimizando ao máximo os resíduos, seja por compostagem seja por separação de resíduos, trabalhando também com esse desiderato no Mercado Municipal de Mealhada. No que diz respeito ao Luso e ao orçamento para 2024, informou que o projeto para o Cineteatro de Luso será entregue, o qual irá recuperar aquele património e dar-lhe outras valências mas aproveitando muito do que já existe numa preservação da memória coletiva, acrescentando em seguida que para a Quinta do Alberto ocorrerá uma obra de fundo, dividida em 3 fases: criação de uma zona de água com plataforma/miradouro no cimo do morro e reformulação da zona entre a farmácia e a rotunda, com a criação de uma praça; de seguida, construção de um parque de estacionamento na zona dum espaço municipal, criando mais um polo de estacionamento na zona; e terminar, com a criação dum parque verde e zona de lazer na restante extensão da Quinta do Alberto. No que toca à EN234 e o Museu Militar do Buçaco, informou do trabalho conjunto que esta ser realizado com o Exército Português no sentido de existir uma candidatura que integre os Municípios de Mealhada, Mortágua e Penacova, não só do e para o Museu mas também para os locais de importância significativa nessa matéria. Informou, sobre o processo judicial interposto contra a Sociedade Central de Cervejas e Bebidas, que se recorreu para o Supremo Tribunal de Justiça e terá de se aguardar desenvolvimentos. Quanto à questão da habitação, informou que estão a ser trabalhadas soluções, contactando e incentivando ao investimento e criação de habitação no Concelho e a especulação imobiliária é resultado dessa mesma falta de habitação, sendo que já foram dadas instruções aos Serviços para acelerar os processos nesse âmbito, estando inclusive a decorrer um processo de melhoria contínua no sentido de que todos os processos que entram na divisão urbanística possa ser tramitados e concluídos o mais rapidamente possível, para que as pessoas tenham vontade de investir no Concelho da Mealhada, porque vale a pena mas também porque os projetos não estão anos parados a aguardar desfecho. Nesse sentido acrescentou ainda, que está em preparação o novo PIRPEC, de forma a incentivar a recuperação de património e aumentar a oferta para a população, existindo ainda a estratégia de habitação e os projetos do 1.º Direito, seja na Pedrulha, ainda em fase de esboço, seja na Póvoa da Mealhada com a construção de 8 habitações e estacionamento para o cemitério

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º _____

municipal, esclarecendo que quanto ao Bairro Social do Canedo haverá obras de eficiência energética e acessibilidades; quanto ao Bairro Melo Pimenta, por dificuldades várias, não se conseguirá enquadrar neste âmbito dentro dos prazos estabelecidos; quanto ao Bairro Ferroviário ainda não existe projeto mas já há acordo com o IP, conseguindo-se reverter a demolição que estava prevista. Sobre o apoio prestado aos imigrantes, disse que diariamente se dirigem imigrantes ao CLAIM e é-lhes disponibilizado todo o apoio e acompanhamento possível. Relativamente à jardinagem no Luso constatou que essa responsabilidade já foi transmitida para a Junta de Freguesia de Luso, mas que efetivamente a obrigação quanto equipamento é da Câmara Municipal e será pedido aos Serviços um levantamento das situações relatadas para verificação. Quanto à rutura nas bicas, é uma situação já verificada pelos técnicos e portanto o relatado, eventualmente, será outra rutura e será averiguado, terminando por dizer em relação ao pavimento junto às Termas, que o mesmo terá de ser levantado e colocado piso rígido abaixo das lajes, mas é algo a ser realizado posteriormente à obra de saneamento e pluvial. (início: após 20 minutos; fim: após 52 minutos) -----

Não havendo mais inscrições, deu-se início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

Ato contínuo, o Senhor Presidente da Mesa deu conhecimento do expediente recebido pela Assembleia Municipal, nomeadamente, resposta dada pela Infraestruturas de Portugal – Gestão Regional do Porto e Aveiro ao ofício n.º 54, remetido pela Assembleia Municipal de Mealhada em 14 de dezembro de 2023, referente ao abaixo-assinado sobre a rotunda da Pedrulha EN234 (cruzamento da Mealhada Km 27+100), e que se transcreve: -----

*“Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Mealhada, -----
Recebemos o V. ofício n.º 54 de 14-12-2023, referente à construção de rotunda –
Lugar de Pedrulha – EN234 ao km 27+100. -----*

Sobre este assunto informamos que por iniciativa de terceiro e associada a operação urbanística em prédio confinante à EN234 foi desenvolvido projeto para a construção de rotunda ao km 27+100 (cruzamento da Pedrulha), contudo não se mostrou possível a evolução do mesmo projeto uma vez que o promotor veio a desistir de assumir, na íntegra, os encargos com esta obra. -----

A Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP) em articulação com a Câmara Municipal da Mealhada está a desenvolver as diligências necessárias à retoma deste projeto perspetivando-se a realização de acordo de gestão entre IP, Câmara Municipal da Mealhada e promotor de modo a assegurar a realização da obra. -----

*Mantemo-nos à disposição para qualquer situação que subsista. -----
Com os melhores cumprimentos, -----*

(Assinatura) Gestora Regional ” (início: após 52 minutos; fim: após 55 minutos) -----

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou clarificando o assunto da rotunda da Pedrulha EN234, dizendo que existiram conversações com o promotor, o qual estava disponível para realizar a obra, com acesso direto das suas instalações, no seguimento da exigência da

construção da rotunda, sendo que posteriormente, e após reuniões com a Câmara Municipal e com o IP, o empresário em questão decidiu não avançar com a obra. Após tais desenvolvimentos a Câmara Municipal reuniu com o IP e decidiu avançar-se para a construção da rotunda, tendo-se chegado a acordo com o promotor em que os acessos para as suas instalações ficariam a seu cargo, pelo que assim que o IP efetuar revisão orçamental, será outorgado protocolo entre as três partes para dar início ao processo. (início: após 56 minutos; fim: após 01 hora) -----

Ato contínuo, o Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais: Alexandre Rebelo, Ana Mannarino, João Louceiro, Pedro Semedo, João Louzado, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba Nuno Veiga, Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes Abílio Semedo e André Melo. -----

1) O Senhor Deputado Municipal Alexandre Rebelo, no uso da palavra, iniciou por, em nome da bancada do PS, prestar condolências ao Senhor Deputado Municipal João Louzado pelo falecimento do seu pai. De seguida questionou ponto de situação relativamente às Garagens do *Palace Hotel*, na Mata Nacional do Buçaco, fazendo de seguida uma súmula do processo que decorre desde 2016, perguntando ainda qual o montante gasto até à data na referida obra, que atualmente não é mais do que quatro paredes. De seguida inquiriu qual o valor financeiro, no presente mandato e até à data, que o Município transferiu para a Mata Nacional do Buçaco. Indagou de seguida se nas candidaturas em que a Mata Nacional do Buçaco concorreu, e teve de haver investimento nacional, existiram ou não apoios com financiamento municipal, algo que considerou ser justo fazer pois essa sempre foi prática dos executivos municipais, não bastando apelidar o Buçaco como uma das joias da coroa do Município e depois fazer muito pouco para o melhorar. De seguida relatou que existiram problemas com o aquecimento na Escola Secundária de Mealhada, resultado do rebentamento de uma caldeira, situação remediada mas não resolvida, e portanto perguntava para quando resolução desse problema. Finalizou questionando sobre a situação do Cineteatro de Pampilhosa, com uma contínua degradação do edifício após o Município despender milhares de euros. (início: após 01 hora e 01 minutos; fim: após 01 hora e 05 minutos) -----

2) A Senhora Deputada Municipal Ana Mannarino, no uso da palavra, iniciou por assinalar as bodas de rubi do Grupo de Samba "*Sócios da Mangueira*", que comemoraram este ano 45 anos de existência, sendo a Escola de Samba mais antiga do Concelho de Mealhada. Prosseguiu, recordando que a sede do citado Grupo ardeu, tendo ficado o edifício destruído quase na totalidade, sendo que volvidos 4 anos tudo permanece da mesma forma. Finalizou questionando ponto de situação do projeto para o mencionado edifício. (início: após 01 hora e 06 minutos; fim: após 01 hora e 07 minutos) -----

3) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, no uso da palavra, iniciou por, em nome do PCP, associar-se à nota de pesar pelo falecimento do pai do Senhor Deputado Municipal João Louzado, expressando igualmente condolências em nome

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º _____

pessoal. De seguida questionou ponto de situação relativamente à resposta dada à comunicação oriunda da Assembleia da República, sobre documentos em falta no processo para a reposição das Freguesias de Antes, Ventosa do Bairro e Mealhada. Continuou, referindo-se à resposta da Infraestruturas de Portugal ao abaixo-assinado para construção de rotunda na Pedrulha, classificando-a de pouco esclarecedora e não correspondente com o ponto de situação atual, numa demonstração de pouca diligência e consideração com as populações e, neste caso, com o poder local, por parte da Infraestruturas de Portugal. (início: após 01 hora e 07 minutos; fim: após 01 hora e 11 minutos) -----

4) O Senhor Deputado Municipal Pedro Semedo, no uso da palavra, iniciou por referir-se à gestão urbanística do Concelho, nomeadamente, demonstrando estranheza com algumas decisões como árvores mal plantadas e canteiros e passeios mal projetados, com consequências e gastos que seriam evitáveis, caso houvesse um planeamento prévio. De seguida, apresentou Voto de Pesar, convidando todos os presentes a associarem-se à mesma, e que a seguir se transcreve: -----

*“Ex. mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mealhada -----
Propomos que seja deliberado um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Artur Louzado. -----*

*Convidamos os presentes a associarem-se a esta proposta, se assim o desejarem. O Sr. Artur Louzado foi um Homem enorme! -----
Tendo desempenhado funções na Junta de Freguesia de Antes, o primeiro presidente eleito após 25 de abril, foi também membro por inerência desta Assembleia Municipal. -----*

Em toda a sua atividade política, no melhor sentido da palavra, que é servir o bem comum, adotou sempre uma postura ética inatacável. -----

Era conhecido por ser o enfermeiro do povo, porque não negava a ninguém o seu saber e dedicação como enfermeiro, não cobrando pelos serviços prestados e mantendo a porta de casa aberta, sempre e a todos. -----

Serviu vários mandatos na sua freguesia, quer como Presidente quer noutros lugares. Com visão de futuro, impulsionou a Antes para o crescimento harmonioso. Abriu ruas, criou Associações e foi dirigente de todas ali existentes. -----

Pugnou pela aquisição da Quinta das Sardinheiras para apoio a idosos, onde funciona a Associação Desportiva Cultural e Recreativa de Antes, de que foi também fundador e dirigente. -----

Com a sua intervenção como autarca no último mandato enquanto Presidente de Junta com assento na Assembleia Municipal, em outubro de 2002, despertou o Concelho para o sofrimento de muitos idosos a viver em condições desumanas, o que foi decisivo para a conclusão do atual Hospital pela mão da Misericórdia. -----

Sempre soube colocar os interesses das pessoas acima de qualquer questão partidária, tendo trabalhado com todos os Presidentes de Câmara. -----

Escreveu três livros com testemunhos pessoais que ajudam a perceber a sua intervenção na comunidade. -----

Foi filho, pai, avô, bisavô, irmão do seu irmão, poderíamos dizer um cidadão, aos nossos olhos, exemplar. -----

Assembleia Municipal de Mealhada, 16 de fevereiro de 2024 -----

Assinatura.” (início: após 01 hora e 11 minutos; fim: após 01 hora e 21 minutos) -----

De seguida o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o Voto de Pesar apresentado, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade, tendo-se ainda respeitado um minuto de silêncio em respeito e pelo falecimento do Senhor Artur Louzado. (início: após 01 hora e 22 minutos; fim: após 01 hora e 24 minutos) -----

*5) O Senhor Deputado Municipal João Louzado, no uso da palavra, iniciou por reconhecer os gestos e manifestações de carinho para com a sua família, agradecendo ainda aos presentes na Sessão, muitos dos quais trabalharam com o seu pai e possibilitaram momentos de felicidade e contribuíram para uma vida plena e feliz, que também em muito se deve à Comunidade na qual trabalhou, contribuiu e se dedicou. De seguida teve a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ---
“Hoje, venho falar de “Pandemia”! -----*

Não de Pandemia provocada por um qualquer agente biológico, a que a humanidade até demonstrou saber reagir e unir-se, mas da provocada por um equipamento tecnológico...e do seu impacto: na Educação! -----

E porquê na Educação? -----

A Educação tem uma particularidade que a distingue das restantes áreas: um erro fica para uma vida e pode mesmo impactar várias gerações, e levar décadas a recuperar ou corrigir, com consequências, que, em regra, afeta todos os setores da Sociedade! -----

Estou a referir-me à utilização do telemóvel (e outros equipamentos similares – tablets, computadores...) no espaço Escolar, para fins que não pedagógicos – no recreio, nas pausas. -----

Independentemente de quem tem competência para decidir sobre esta matéria, este é um assunto que diz respeito a todos, exatamente pelo que acabo de referir: o seu efeito sistémico na sociedade! -----

Estamos na era das comunicações, mas a nossa sociedade está a ficar doente por causa da falta de comunicação física, presencial, empática e social-real. -----

É, por essa razão, urgentíssimo iniciar um debate sobre este assunto! E é esta a nossa proposta! -----

São as nossas crianças, a nossa sociedade, o nosso futuro que está em causa. Pela saúde dos nossos filhos ou netos – principalmente mental. -----

A utilização cada vez mais precoce e excessiva destes equipamentos, está a roubar a infância às crianças. O acesso a conteúdos não controlados – inadequados, distorce a perceção do mundo e dos valores, tão importantes nestas idades de criação de personalidade. -----

Faço parênteses: para clarificar que nada me move contra a tecnologia, quem me conhece sabe até da minha paixão e diria até alguma apetência para as tecnologias. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), foi mais longe, e concluiu que estes equipamentos são um problema

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º _____

para as crianças e jovens na Escola e quer bani-los das instituições de Ensino de todo o mundo. Sublinho: bani-los da Escola! -----

No seu Relatório de 2023 intitulado “Tecnologia na Educação” afirmou que existem provas de que a utilização excessiva de telemóveis e outros “ecrãs”, está associada a um pior desempenho escolar, e que níveis elevados de tempo de ecrã têm efeitos negativos na estabilidade emocional das crianças. -----

Esta proibição não serve para rejeitar a tecnologia. Muito pelo contrário, a UNESCO defende a sua utilização e afirma que “a revolução digital tem um potencial incomensurável” (veja-se a sua importância durante a Pandemia de COVID19).

Contudo, para esta Organização, as ferramentas devem ser utilizadas “para melhorar as experiências de aprendizagem”, para fins pedagógicos onde seja, efetivamente uma mais-valia, mas nunca deverão substituir a interação humana. ---

Em Portugal, o uso dos computadores foi privilegiado nas nossas escolas, o telemóvel na escola não foi proibido, colocaram-se os alunos do 2.º ano e 5.º ano de escolaridade, que ainda não tem a caligrafia definida entre outras debilidades no domínio da escrita, a efetuar provas de português no final de ano através do computador... deve ser, também aqui, repensado... -----

A regressão cognitiva que os países nórdicos detetaram nos seus alunos é reveladora de que os aparelhos eletrónicos têm um efeito nefasto não só na retenção de conhecimentos pelos alunos, mas também na socialização nos tempos livres na escola entre as crianças e jovens que passam os seus intervalos das aulas agarrados ao telemóvel, nos corredores, junto às tomadas de energia...sequestrados pelos ecrãs! -----

A Suécia, que desde a década de 90 vinha a apostar na educação 100% digital voltou atrás em 2022 optando pela distribuição de livros tradicionais. -----

Mas voltando aos telemóveis em concreto, que é, nesta altura, a nossa maior preocupação: -----

Dos 200 sistemas educativos analisados pela UNESCO, em todo o mundo àquela data, apenas seis países proibiram os telemóveis nas escolas. Entre eles, França, que introduziu políticas em 2018, Finlândia, Itália, Espanha, Suíça, Estados Unidos e México, a que se juntou pelo menos os Países Baixos desde janeiro de 2024, um país considerado dos mais liberais do mundo... -----

Em Portugal há já vários casos de escolas que adotaram a proibição: Almeirim em Santarém, Lourosa em Santa Maria da Feira, esta já vai em 7 anos... -----

Os pais das crianças das 5 escolas onde já é proibido o uso de telemóveis, são unânimes: “Os nossos filhos ficam a ganhar”. -----

Olhemos para as nossas escolas, para os nossos alunos, para as nossas crianças e jovens. Nos recreios temos alunos que não se mexem, não brincam, não imaginam, não criam, não jogam, nem convivem... -----

Há também o risco de sedentarismo e obesidade infantil, assim como a dependência online e a falta de contacto presencial relacionados com o não desenvolvimento de competências sociais como a empatia. Ou o risco de novos crimes, ainda que de forma inconsciente: fotos, vídeos, cyberbulling, body shaming, exposição sexual; e a

*filmagem de professores em contexto de sala de aula, crimes agravados pela difusão desses conteúdos nas redes sociais. Que são responsabilidade dos pais... -----
O nosso cérebro precisa do toque, do cheiro, do contacto visual real que a tecnologia não permite. -----*

Estamos no caminho errado! – volto a referir, que, não no que diz respeito ao uso para fins pedagógicos em que possa ser útil-positivo! -----

De que é que estamos à espera de dar este passo a nível nacional? Sabemos que o Ministério da Educação pediu um parecer, mas até ao momento sem desenvolvimentos. -----

Questiono-me muitas vezes como pudemos deixar que chegasse a este ponto, mas a questão que se me oferece colocar neste momento é sobretudo. Chegamos aqui, o que podemos e devemos fazer, para juntos, resolvermos este problema de forma democrática e vantajosa para todos, desde logo para as nossas crianças e jovens, para o nosso futuro? -----

Fica o desafio para a Câmara, para a comunidade Escolar, para os pais, para os jovens, para todos: para reflexão, que nos parece urgente. -----

Pelo Grupo JPCM – 16/02/2024 -----

Assinatura” (início: após 01 hora e 24 minutos; fim: após 01 hora e 32 minutos) -----

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou por informar, relativamente às Garagens do *Palace Hotel* na Mata Nacional do Buçaco, que o projeto que existe neste momento está desadequado para o tipo de obra que foi feito, o que obriga a alterar o projeto inicial e que acresce ao fato de o empreiteiro inicialmente encarregue da obra não ter cumprido e, em virtude de tal, o contrato ter sido rescindido e tramitado para a via judicial, acrescentado ainda que já foi apresentado valor para projeto de alteração necessário, e está a ser averiguado protocolo com a Fundação Mata do Buçaco de modo a suportar os custos inerentes. Sobre a transferência de verbas para a Fundação Mata do Buçaco, informou que houve um compromisso da Administração Central aquando da transferência de competências em transferir verbas para a dita Fundação, o que nunca aconteceu em virtude das dúvidas relativamente à interpretação da Lei das Fundações, mas existe promessa para que ocorram no ano de 2024, com cerca de duzentos mil euros. Seguiu dizendo que a Mata Nacional do Buçaco é de todos, não só do Concelho de Mealhada mas do país, devendo a mesma candidatar-se a todo o tipo de fundos, europeus e não só, mas com responsabilidade da componente nacional da administração central, tal como prometido e acordado. Sobre o aquecimento na Escola Secundária da Mealhada informou que está em funcionamento só uma caldeira, tendo-se instalado válvulas termostáticas nas salas mais a sul e a temperatura está dentro dos limites, sendo a caldeira instalada até final do mês de fevereiro. Sobre o Cineteatro de Pampilhosa, referiu que o mesmo pertence ao domínio privado/particular, existindo uma verba no orçamento da Câmara Municipal destinado à Associação que gere o espaço, tendo já procedido à entrega de documentação referente a obras necessárias, de modo a colocar em funcionamento um espaço/património no qual foi feito um grande

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º _____

investimento. Prosseguiu dando os parabéns não só ao Grupo de Samba “*Sócios da Mangueira*” pelos 45 anos de existência, mas também às restantes Escolas de Carnaval, à Associação de Carnaval e a todas as pessoas envolvidas num esforço e trabalho diário que permitiu a realização do Cortejo Carnavalesco na Mealhada, acrescentando que o projeto da sede do citado Grupo foi um processo muito complexo mas que ultrapassadas todas as dificuldades, irá avançar durante o ano corrente. Continuou informando, em relação à gestão urbanística do Concelho, que a obra da Praça do Choupal foi objeto de um estudo prévio no sentido de manter árvores, agora e no futuro, com condições de circulação nos passeios e estradas, aditando que o mesmo será feito noutras obras similares. Continuou por dizer que teve a sorte de conhecer e trabalhar com o Senhor Artur Louzado, uma pessoa que toda a gente admirava e que se dedicava a fazer o bem pelos outros e pelo território, manifestando ainda conforto à família. Finalizou afirmando, relativamente à relação criança/telemóvel, que quando foi hastear bandeira Verde na Escola Básica N.º 2 da Mealhada, um grupo de crianças pediu instalação de jogos tradicionais em frente ao edifício da Câmara Municipal para poderem brincar e sem estragar o jardim, assim como existiram pedidos semelhantes na Pampilhosa, e portanto entende que tais iniciativas devem ser apoiadas e autorizadas, pois esta é uma geração muito agarrada ao telemóvel e deverão ser incentivados a recordar brincadeiras do passado e ao ar livre, sendo esta uma temática que necessita de discussão e debate profundo. (início: após 01 hora e 32 minutos; fim: após 01 hora e 52 minutos) -----

De seguida usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para informar que os documentos em falta no processo para a reposição das Freguesias de Antes, Ventosa do Bairro e Mealhada foram remetidos para a Assembleia da República, tendo-se unicamente recebido o comprovativo de entrega do envio mas sem qualquer tipo de informação adicional. (início: após 01 hora e 52 minutos; fim: após 01 hora e 53 minutos) -----

6) O Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes Abílio Semedo, no uso da palavra, iniciou por referir que a sua intervenção seria diferente das que normalmente acontecem, onde se exige ou apontam o não foi feito, mas sim enaltecer o que de bom tem sido feito, nomeadamente com o Plano Diretor Municipal, que possibilitou colocar fim a situações que se arrastavam há anos, assim como com a abertura de uma nova zona industrial junto à CINCA no Travasso, que permitiu uma expansão rápida de uma empresa há gerações no Concelho, a qual emprega dezenas de pessoas. Referiu depois a questão da eficiência energética dos edifícios e respetivas candidaturas que abrangem pessoas beneficiárias de tarifa social, de inserção ou qualquer outro benefício social, sendo que para submeter as candidaturas foi criado pelo Governo a figura do “*facilitador administrativo*”, ou seja, um funcionário de um organismo Público que, mediante uma formação específica para o efeito, vai verificar toda a documentação inerente ao processo e submeter a candidatura quando tudo está em conformidade. Sublinhou que até há pouco tempo existia apenas um funcionário habilitado para o efeito, o Senhor Tiago Ângelo, funcionário da União de Freguesias

de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes, mas agora está também a Freguesia de Casal Comba capaz de dar esse auxílio aos candidatos, compreendidos na área geográfica do distrito de Aveiro, entre Mealhada e Águeda. (início: após 01 hora e 54 minutos; fim: após 01 hora e 59 minutos) -----

7) O Senhor Deputado Municipal André Melo, no uso da palavra, iniciou por demonstrar surpresa por saber que afinal o Estado Central não transferiu tanto dinheiro como propalado, e que com os novos estatutos quem manda é o Estado Central, que põe e dispõe mas que acaba por não transferir verbas. Seguiu por dizer que, em sede de reunião de Câmara Municipal, ouviu o anterior Presidente da Câmara dizer que havia um processo a decorrer pelo IGF, o qual exigia devolução de verbas transferidas, ilegalmente ou incorretamente, para despesas correntes da Fundação Mata do Buçaco, pedindo esclarecimentos sobre as ditas transferências efetuadas, como se procederá à suposta devolução e de quem será a responsabilidade de tal e ainda o porquê de a Câmara Municipal não poder transferir dinheiro para as despesas correntes da Fundação Mata do Buçaco. (início: após 02 horas; fim: após 02 horas e 01 minutos) -----

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou por dizer que foi rececionado ofício do IGF, em que não pedem que a Fundação Mata do Buçaco devolva o dinheiro mas no qual solicitam ao Presidente da Câmara Municipal que desenvolva condições para que o dinheiro seja repostos nos cofres do Município, seja pedindo devolução à Fundação Mata do Buçaco, que só restitui se assim entender, ou pedi-lo a quem deu essas instruções, tendo-se informado de tal comunicação todos os responsáveis da época. Acrescentou que com o novo orçamento de Estado, essas e outras situações relativas ao financiamento das Fundações serão resolvidos e que as alterações propostas tem efeitos retroativos, pelo que está ser analisado juridicamente a questão da reposição das verbas à Câmara municipal. (início: após 02 horas e 02 minutos; fim: após 02 horas e 03 minutos) -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa iniciou o **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

1) VOTAÇÃO DA ATA N.º 16: -----

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, e não havendo inscrições colocou o mesmo à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a referida Ata n.º 16. (início: após 02 horas e 04 minutos; fim: após 02 horas e 05 minutos) -----

Os Senhores Deputados Municipais: Joana Isabel Martins Rigueiro de Sá Pereira, Susana Catarina Simões de Almeida, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, José Manuel Rodrigues Martins e Carlos Teixeira das Neves não participaram da votação por não terem estado presentes na Sessão da qual resultou a aludida Ata n.º 16. -----

2) INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º _____

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe e questionar se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais: João Louceiro, Sofia Lousado, Sofia Martins, Iola Baptista, Pedro Semedo e Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba Nuno Veiga. -----

1) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, no uso da palavra, iniciou por dar nota prévia que o PCP sempre afirmou que a criação de Fundações não era a solução para problemas como o da falta de investimento que a Mata do Buçaco tem. Continuou, questionando se no seguimento da moção de protesto contra as decisões tomadas pela administração da ERSUC aprovada na última sessão da Assembleia, e posterior remessa da mesma quer para a citada ERSUC e também para a EGF, existiu algum tipo de retorno à tomada de posição e, caso não tenha ocorrido, se fará sentido voltar a interpelar essas mesmas administrações de modo a que a dita Moção não passe em branco. Relembrou depois que em sessão anterior o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça voltou a expressar preocupação pela ameaça de encerramento do apeadeiro do Pêgo, no quadro de obras da linha da Beira Alta, tendo inclusive o Senhor Presidente da Câmara informado que ficou surpreendido quando teve conhecimento da notícia e que inclusive já remetera ofício para a IP e para a CP com vista a esclarecer e contrariar a eventual intenção de anular o aludido apeadeiro, pelo que questionava desenvolvimentos dessa situação. Indagou também sobre a questão suscitada pelas árvores que em vários locais do Concelho danificam património, e nomeadamente sobre um cedro junto à escola da Vacariça e a sua eventual remoção. Interrogou depois sobre desenvolvimentos na obra das instalações sanitárias na portaria da escola secundária. Perguntou se já existia listagem das estradas e propriedades afetadas pela execução da obra da concordância e já foi desenvolvida ação para que o IP responda, como é seu dever, à aludida solicitação. Apontou o elevado número de atendimentos sociais que vêm sendo realizados setor da ação social e saúde, nos quais a Freguesia de Pampilhosa concentra grande parte deles, o que confirma especiais fragilidades económicas e sociais que devem ser assumidas nas opções da política autárquica no Município, incluindo na distribuição de recursos, investimentos e iniciativa. Destacou também o protocolo entre a Câmara Municipal e a APPACDM de Anadia para inserção em contextos de trabalho, pedindo mais informações sobre essa iniciativa. Registou e pediu análise para o reduzido número de apoios efetuados ao abrigo do programa de apoio à natalidade e ao desenvolvimento económico local, com atribuição de 23 apoios efetuados em 3 anos. Relembrou de seguida, a propósito do início de compilação de informação para elaboração da estratégia municipal para um envelhecimento ativo e saudável constante da informação prestada, de proposta apresentada pelo PCP para a criação de um conselho municipal das pessoas idosas, para que possam elas próprias discutir a situação, dificuldades e aspirações da população mais velha do Concelho e para que daí possam surgir propostas e sugestões a considerar, no âmbito das políticas municipais. No seguimento da transferência de competências no âmbito da Educação e do expresso na informação

prestada, de que tal processo exigirá maior capacitação institucional por parte dos municípios, não apenas em termos técnicos de recursos humanos mas também em termos financeiros, pediu apreciação sobre a suficiência ou insuficiência dos meios para fazer face às responsabilidades e problemas que foram transferidos para a autarquia. Questionou o porquê de no quadro que identifica locais de dinamização de atividades de animação e apoio à família, para as crianças que frequentam os jardins-de-infância públicos, estar omissa a Freguesia de Pampilhosa; Perguntou sobre desenvolvimentos da obra de conservação do pontão da Pampilhosa, durante muito tempo dependente de parecer do IP; Aludiu ao projeto de execução do Skate Park da Mealhada, que continua a arrastar-se no tempo e sem fim à vista, perguntando quando irá efetivar-se; Finalizou por constatar, considerando a informação do Gabinete de Veterinária, que existe uma grande maioria de detentores de animais que ainda não se preocupa com a identificação nem com a vacinação destes, perguntando se está pensada alguma ação de sensibilização sobre tal matéria, assim como se já foram resolvidos os problemas e fatores elencados e que limitam a atividade do Gabinete de Veterinário. (início: após 02 horas e 07 minutos; fim: após 02 horas e 18 minutos) -----

2) A Senhora Deputada Municipal Sofia Lousado, no uso da palavra, iniciou por valorizar e apoiar o investimento que a autarquia decidiu colocar na implementação de um sistema de gestão da qualidade, tendo selecionado 3 divisões para avançar com tal procedimento. Contudo, referiu que tal implementação pode ser alcançada por meios próprios e por qualquer serviço, através de um programa de formação das equipas sobre boas práticas de gestão e na sua capacitação para a aplicação de ferramentas de gestão da qualidade, sem os investimentos avultados que muitas vezes os processos de certificação requerem. Prosseguiu referindo a transferência de competências no âmbito da Ação Social, em 3 de abril de 2023, e a competência da Câmara Municipal para com a Carta Social Municipal, que tem a vigência de 4 anos sendo revista obrigatoriamente findo esse período como dispõe a respetiva base legal, acrescentando que a Carta Social Municipal disponível data de 4 de dezembro de 2015, ou seja, bastante desatualizada e sendo este um documento importante enquanto instrumento estratégico e de planeamento da rede de serviços e equipamentos sociais para devida adequação, otimização e racionalização desses mesmos serviços e equipamentos, toda a definição estará desfasada da realidade e aquém das necessidades efetivas da população. Seguiu assinalando quanto à elaboração da estratégia municipal para um envelhecimento ativo e saudável, que recentemente foi publicado o plano de Ação para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2023/2026, assente num novo paradigma da resposta às necessidades atuais da população sénior e de melhoria da sua qualidade de vida nas próximas décadas, focado em respostas integradas às pessoas e promoção da autonomia e independência, com medidas concretas para a sua concretização e onde os municípios terão um papel essencial, pelo que a estratégia municipal a ser elaborada deverá considerar a aplicação de medidas que promovam a qualidade de vida dos nossos idosos, através de respostas adaptadas às suas características e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º _____

necessidades. Vincou em seguida que terá de existir uma lógica de intervenção mais ambiciosa daquela que atualmente está a ser aplicada, podendo aproveitar-se os serviços de proximidade com a população para perceber as reais necessidades e vulnerabilidades, acrescentando que deverão também ser desenvolvidos programas nas áreas do conforto habitacional para pessoas idosas, em articulação com outras entidades, questionando o que está pensado nesse âmbito. Salientou em seguida o Banco de Voluntariado, sendo que se deve fomentar o voluntariado através de campanhas de sensibilização, promovendo a sua atividade e inovando através da adesão a plataformas de voluntariado de âmbito nacional e através de parcerias, pois o voluntariado é uma oportunidade de participação da população sénior na sociedade. Constatou ainda o decréscimo significativo do número de consultas de adulto e de crianças e de adolescentes, o que se estranha pois os dados estatísticos nacionais dizem que são cada vez mais as pessoas, em especial os jovens, a precisar de apoio psicológico. Continuou referindo e elencando os projetos do município que estão estagnados há mais de 2 anos, não se registando quaisquer novidades no ponto de situação que é enviada à Assembleia Municipal desde até a última Assembleia de Fevereiro de 2022. Finalizou salientando a abertura do Mercado Municipal, após 2 anos de atraso que ninguém compreende, e a reabilitação da Piscina Municipal de Mealhada, também com atraso significativo para o qual nunca houve explicação clara, mas que teve uma procura acima da capacidade. (início: após 02 horas e 18 minutos; fim: após 02 horas e 29 minutos) --

3) A Senhora Deputada Municipal Sofia Martins, no uso da palavra, iniciou por referir que na sessão da Assembleia Municipal de 27 de abril de 2023 questionou se o Município tem implementado as medidas de autoproteção nos seus edifícios, obtendo resposta de que estava a ser revisto cada um dos edifícios. Ora, passado quase um ano, a informação prestada relativamente a esta matéria continuava igual, sendo que as medidas de autoproteção são um importante instrumento de gestão da salvaguarda de pessoas e bens, definindo a organização e procedimentos a adotar em todos os edifícios para a sua segurança contra incêndios. Manifestou apreensão em saber se é apenas falta de atualização documental ou se efetivamente nada foi feito, expressando especial preocupação no caso do Centro Escolar da Mealhada, que teve a central de deteção de incêndios desligada durante anos, assim como irregularidades noutros locais como o Pavilhão Doutor José Vigário. Finalizou assinalando ser oportuno fazer um levantamento para resolução dessas situações e outras que possam ser detetadas, esperando que na próxima Assembleia Municipal já existam desenvolvimentos positivos nesta matéria. (início: após 02 horas e 29 minutos; fim: após 02 horas e 32 minutos) -----

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou por dizer que, sobre o apeadeiro do Pêgo, já teve conversações com o Senhor Presidente da CP e que lhe foi transmitido que o objetivo, para já, não é acabar com o dito apeadeiro, tendo já inclusive solicitado levantamento do número de utilizadores possíveis, para comunicar e dar força para a manutenção do apeadeiro. Informou que a questão do cedro junto da escola da Vacariça ainda não

foi resolvida. Sobre as instalações sanitárias junto à portaria da Escola Secundária comunicou já existir acordo e aprovação com o Senhor Diretor do Agrupamento e assim que possível irá avançar. No âmbito social, esclareceu que o protocolo com a APPACDM surge para permitir aos utentes da instituição terem experiência de trabalho, de acordo com o previsto na Lei, e poderem ter uma ocupação, inculcando-lhes responsabilidade e valorizando-os, sabendo que as suas horas de trabalho serão recompensadas financeiramente. Em seguida deu nota que concorda com a criação de um Conselho Municipal dos Idosos e os serviços estão a trabalhar na questão, considerando que tal órgão será uma mais-valia para a sociedade que vive no Concelho da Mealhada. Quanto à transferência de competências na Educação, referiu que ainda estão a ser contabilizados e calculados os custos totais para o Município mas considera a mesma uma mais-valia ao nível operacional, da proximidade, envolvimento e diálogo com a comunidade escolar, contudo tal como nos outros Municípios das redondezas, o custo que se tem em substituição da administração central é em muito superior às verbas transferidas. Acerca do quadro que identifica locais de dinamização de atividades de animação e apoio à família, para as crianças que frequentam os jardins-de-infância públicos, estar omissa a Freguesia de Pampilhosa, trata-se de um lapso e será corrigido. Sobre o pontão da Pampilhosa disse que o protocolo com as garantias para avançar com o processo já foi assinado e está em fase de adjudicação do projeto e lançar concurso no início de setembro. O Skate Park da Mealhada é um projeto que está pensado para a Escola Secundária mas que tem que ser aberto a toda a população, existindo inclusive um acordo com a Federação Portuguesa de Patinagem, mas que para já não é prioritário. Sobre o Gabinete de Veterinária e respetiva área de intervenção referiu que é uma lacuna mas que tem existido investimento em viaturas e equipamentos, estando em tramitação o reforço do gabinete de uma pessoa para dar mais apoio e irão ser efetuadas ações de divulgação e campanhas nessa área. Em relação ao sistema de gestão da qualidade que está ser implementado afirmou que o mesmo é fundamental para dar uma melhor resposta ao munícipe e também para tornar os funcionários mais eficazes, trabalhando em equipa. Informou depois que a Carta Social Municipal está ser trabalhada conjuntamente com a CIM e realmente está desatualizada desde 2019 e foi uma das primeiras iniciativas a trabalhar no sentido de atualizar o documento, sendo que na área social esta a trabalhar-se em várias vertentes, com o reforço das equipas, de modo a dar mais e melhor resposta à população, e no caso dos idosos não só da área social mas também de desporto e bem-estar. Sobre as obras que não saem do papel, referiu que o único que poderia sair para o terreno é o regadio Luso – Santa Cristina mas como o mesmo irá realizar-se em conjunto com a limpeza da Ribeira, está a trabalhar-se em consonância, sendo certo que o projeto do chalé de Santa Teresa não existe mas consta da listagem pois vinha do executivo anterior e considera importante avançar mas com responsabilização da administração central. Acerca do Mercado Municipal disse que a obra já estava atrasada quando o atual mandato iniciou, assim como no caso da Piscina Municipal, em que existia um projeto que nem sequer cumpria com os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º _____

requisitos exigidos e teve de ser feito, inclusive com uma série de investimentos para o interior do edifício por fazer e a ser efetuados pelos técnicos municipais e empresas extra contratadas para o efeito, e não obtendo sequer aprovação da candidatura de apoios quanto à eficiência energética no programa Centro 2020 por não cumprir requisitos mínimos para o efeito, e portanto não compreende como é que a obra foi idealizada nos moldes que foi, sendo certo que quando iniciou o mandato esta obra já tinha sido iniciada e as informações são do conhecimento do Partido Socialista. (início: após 02 horas e 32 minutos; fim: após 02 horas e 57 minutos) -----

4) A Senhora Deputada Municipal Iola Baptista, no uso da palavra, iniciou por questionar em que ponto se encontra a revisão do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Mérito a alunos do ensino secundário. Na última Assembleia Municipal o Senhor Presidente da Câmara afirmou que o dito Regulamento já estava em fase de revisão e que iriam ser chamados para dar o seu contributo, entre outros, o Agrupamento de Escolas de Mealhada e os pais dos alunos, sendo que até ao momento nem Agrupamento nem Associação de Pais foram contactados para o efeito. Seguiu referindo que o rácio de assistentes operacionais é cumprido e que a substituição de pessoas é um processo burocrático assim como também ocorre escassez de mão-de-obra, contudo questionou o que pretende o Município fazer e implementar para reduzir o impacto de falta de assistentes operacionais para assistirem crianças pequenas, algumas com necessidades educativas especiais, e assim contribuir para um espaço escolar com mais segurança. (início: após 02 horas e 57 minutos; fim: após 03 horas) -----

5) O Senhor Deputado Municipal Pedro Semedo, no uso da palavra, iniciou por referir, na senda da intervenção do Senhor Presidente da União de Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes Abílio Semedo, que a alteração na forma como a informação do ponto em apreço é prestada revela que vale a pena ter espírito crítico e reclamar, desde que do outro lado haja quem ouça, pense e promova a melhoria das coisas. O elogio não é feito à melhoria da forma como a informação é prestada mas sim ao ouvir a sugestão ou crítica, algo que não era hábito e agora é. (início: após 03 horas; fim: após 03 horas e 01 minutos) -----

6) O Senhor Presidente da Junta de Casal Comba Nuno Veiga, no uso da palavra, iniciou por abordar a questão suscitada pela bancada do Partido Socialista em relação às Piscinas Municipais, vincando que ou tinham andado distraídos ou não tinham lido os documentos e informações prestadas em sessões anteriores. Referiu que em 2016 a CIM-Coimbra iniciou um projeto para a melhoria da eficiência energética de todas as piscinas municipais da região de Coimbra, sendo que em 2018 o Município de Mealhada já andava às voltas com o respetivo projeto, tendo lançado a obra em abril de 2021, com prazo de execução de 270 dias e pelo valor de um milhão e trezentos mil euros ao qual acrescia IVA. Posteriormente ouviu em sede de reunião de Câmara Municipal, à época, que nenhum dos projetos apresentados fora aprovado, informação que contrasta com dados disponíveis de que seis municípios viram os seus projetos aprovados e por valores

significativamente inferiores aos apresentados pela Câmara da Mealhada. Referiu de seguida uma série de intervenções que ficaram por prever no dito projeto inicialmente apresentado e que tiveram de ser reparadas e/ou efetuadas pelo executivo em funções, pelo que os membros do Partido Socialista deveriam dialogar e perceber entre eles o que correu mal neste processo. Finalizou exaltando a procura pela utilização do espaço mas questionando a bancada do Partido Socialista como dizer aos utilizadores da piscina municipal que, ao fim de 4 anos e com o investimento avultado que foi feito, não se tenham identificado e resolvido problemas já existentes antes de a obra iniciar. (início: após 03 horas e 01 minutos; fim: após 03 horas e 06 minutos) -----

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou por dizer, em relação às medidas de autoproteção nos edifícios municipais, que em alguns edifícios foram implementadas e noutros estão em preparação e terão andamento ainda este ano. Quanto à revisão do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Mérito disse que é um processo que está ser preparado e será abordado na próxima reunião do Conselho Municipal de Educação, tendo já sido remetido documento para uma primeira análise aos Senhores Diretores do Agrupamento e da Escola Profissional Vasconcellos Lebre e posteriormente analisado por todos. Acerca dos assistentes operacionais assinalou não concordar com os rácios, pois se funcionários estão de baixa médica prolongada não podem constar para o rácio, vincando que tem de existir união entre todos os Municípios para reclamar e exigir uma melhoria/alteração do método de cálculo do rácio perante o Ministério da Educação, informando ainda que de momento existem mais 30 assistente operacionais do que o exigido pelo rácio. (início: após 03 horas e 06 minutos; fim: após 03 horas e 12 minutos) -----

3) LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS: -----

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe e questionar se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra o Senhor Deputado Municipal João Louceiro, que no uso da palavra, iniciou por dar uma nota prévia de ceticismo quanto à crença do Senhor Presidente da Câmara de que a administração central será sensível ao esforço e gastos suplementares com as responsabilidades municipalizadas, a exemplo do sucedido com a Fundação Mata do Buçaco e das responsabilidades que a mesma administração central tinha obrigação de assumir num património que é de interesse nacional. Sobre a listagem de compromissos plurianuais, donde constam prestações de serviços na modalidade de avença, referiu ter noção das dificuldades e morosidade em realizar concursos para contratar trabalhadores em funções públicas, cujas respetivas normas legais em vigor devem proteger princípios como da igualdade de acesso à função pública mas que muitas vezes tolgem a ação dos organismos públicos e jogam em desfavor das necessidades e interesse público e que não ajudam a resolver necessidades urgentes. Acrescentou que a responsabilidade de tal recai nos partidos que dominam o sistema e legislam regras e diplomas que atrapalham e acabam por viciar a contratação pública, contudo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º _____

também entende que a atitude correta não deve ser ignorar a problemática, tendo já em situações anteriores identificado razões práticas que levam ao recurso sistemático a prestações de serviços para ocupar postos de trabalho na autarquia “fintando” a Lei, pois as mesmas correspondem, na verdade, a contratos de trabalho. De seguida exemplificou o dito com o caso da contratação como técnico de atividades de AEC ou a contratação de um nadador salvador para prestar serviços nas piscinas da Mealhada e de Luso e do efetivo enquadramento, ou não, do seu trabalho na modalidade de prestação de serviços, assinalando ainda que o problema transcende o poder local mas que o mesmo deveria ser mais audível na exigência de melhoria da legislação e que não se limite a encontrar e acomodar-se a expedientes para torpear as normas legais desadequadas, acabando por se habituar na prática e por naturalizar vícios que estão associados a essas a essas práticas. (início: após 03 horas e 13 minutos; fim: após 03 horas e 19 minutos) -----

4) DECLARAÇÃO NOS TERMOS PREVISTOS NA ALÍNEA A), DO N.º 1, DO ARTIGO 15.º, DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO:-----

O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir e não havendo inscrições a Assembleia Municipal tomou conhecimento da Listagem de Compromissos Plurianuais. (início: após 03 horas e 19 minutos; fim: após 03 horas e 19 minutos) -----

5) DECLARAÇÃO NOS TERMOS PREVISTOS NA ALÍNEA B), DO N.º 1, DO ARTIGO 15.º, DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO:-----

O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir e não havendo inscrições a Assembleia Municipal tomou conhecimento da Listagem de Compromissos Plurianuais. (início: após 03 horas e 20 minutos; fim: após 03 horas e 20 minutos) -----

6) PROPOSTA N.º 14/2024 – REVISÃO ORÇAMENTAL N.º 1 DO ANO DE 2024: -

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe e questionar se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais: Frederico Santos e Sofia Martins. -----

1) O Senhor Deputado Municipal Frederico Santos, no uso da palavra, iniciou por perguntar se o Festival da Juventude se iria realizar em 2024, ao que o Senhor Presidente da Câmara respondeu afirmativamente, sendo que nesse seguimento questionou porque não existia uma rubrica em específico para o dito evento, considerando o seu histórico e magnitude. Seguiu mencionando que ao valor do saldo de gerência do ano 2023 adicionou-se o valor total de 5,5 milhões de euros, ou seja, um crescimento de 23,5% relativamente ao orçamento inicialmente aprovado em Assembleia Municipal, salientando o facto de 3,3 milhões de euros serem aplicados em despesas correntes, elencando ainda outras rubricas e respetivos valores e assinalando que se torna difícil entender onde realmente vai ser aplicado o dinheiro, sendo que para a rubrica “Outros” estão previstos 1,22 milhões de euros, ou seja, 22% do valor total do reforço orçamental, pedindo explicação de onde vai ser verdadeiramente aplicado este valor. (início: após 03 horas e 21 minutos; fim: após 03 horas e 25 minutos) -----

2) A Senhora Deputada Municipal Sofia Martins, no uso da palavra, iniciou por partilhar as dúvidas da intervenção anterior, demonstrativo de que são dúvidas gerais de quem lê o documento, o qual continua sem fundamentação da política orçamental subjacente à decisão de escolha das rubricas objeto de reforço na primeira revisão orçamental do ano. Prosseguiu referindo que na proposta apresentada para revisão orçamental decorrente da integração do saldo de gerência no valor de aproximadamente 5 milhões de euros, é referido que *“é essencial dotar o orçamento municipal dos reforços necessários à execução de investimentos estratégicos cruciais para o desenvolvimento do Concelho, beneficiando de oportunidades de financiamento comunitário”*, sendo que desse valor, 3 milhões serão para despesas correntes, questionando portanto identificação das rubricas de despesas correntes que absorvem esse valor. Assinalou também o aumento de meio milhão de euros em despesas com o pessoal, perguntando de seguida que *“Outros Serviços”* estão previstos no valor de reforço de meio milhão e em *“Outros bens”* no valor de 200 mil euros. Considerando o valor previsto nas rubricas de pavimentações, arruamento e obras complementares, perguntou se estão englobadas as vias de que já vários municípios se queixaram na Assembleia Municipal. Continuou referindo não vislumbrar no documento informação qualitativa sobre candidaturas e execução de projetos apoiados por fundos comunitários, perguntando se a revisão orçamental contempla despesas de capital em possíveis investimentos candidatos de fundos e se sim, a quais. Indagou também a que se refere o reforço no âmbito do PRR no valor de 288 mil euros. Questionou se, no âmbito da reabilitação de alguns troços do Concelho, não seria possível perspetivar a definição de percursos clicáveis enquadráveis no espaço Público e coabitantes com outros canais de circulação, e se existe algum projeto nesse sentido que possa ser candidato a fundos comunitários. Terminou por constatar que a revisão orçamenta apresenta igualmente um reforço de 160 mil euros em eletricidade e gás, perguntando que medidas estão a ser consideradas para promover a poupança energética nos edifícios municipais e se está prevista alguma candidatura ao POCENTRO no âmbito da eficiência energética da administração pública local. (início: após 03 horas e 25 minutos; fim: após 03 horas e 31 minutos) -----

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou por dizer, quanto ao evento 231 Fest - Festival da Juventude da Mealhada, que o valor estimado do mesmo anda entre 60 e 80 mil euros e é uma mais-valia para os jovens do Concelho. Seguiu vincando que tem havido um grande aumento de custos com o pessoal, com várias áreas a serem reforçadas ao que acresce o pessoal absorvido com a transferência de competências, sendo que uma grande parte das despesas correntes é para, a título de exemplo, papel para o agrupamento de escolas, os quais gastam mais que a Câmara Municipal. Deu nota que toda a gente percebe os investimentos que querem ser feitos, esclarecendo que por exemplo, já está em aviso a questão dos centros de saúde com receita e respetiva despesa associada porque no aviso já consta Câmara Municipal de Mealhada ou no caso da EB2 Mealhada, no qual se apresentou candidatura ao PRR

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º _____

mas que agora é necessária a análise sísmica e será preciso reforçar a estrutura que lá existe e não se sabe o valor exato da intervenção, assim como também muita desta verba é para investimento, nomeadamente para as IPSS e Associações. Elencou depois uma série de despesa/obras a realizar, tais como a estrada a caminho de Grada e outras, sendo certo que neste momento não existem candidaturas abertas ao PT2030 e portanto estão a trabalhar-se projetos. Quanto à eficiência energética, está a decorrer uma campanha nos Serviços Camarários para a poupança de energia, assim como mudança para LED's nos pavilhões e campos de futebol e até energia solar nas escolas, etc, estando algumas freguesias com iluminação pública quase 100% LED, existindo também previsão iniciar produção de energia com uma CER - Comunidade de Energia Renovável, tal como discutido na última reunião da CIM e com promessa do Governo em ajudar no processo. Finalizou dando nota que muita obra vai ser lançada, inclusive na próxima semana, para executar o orçamento. (início: após 03 horas e 31 minutos; fim: após 03 horas e 43 minutos) -----

Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com dezanove votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Carlos Alberto da Costa Cabral, Joana Isabel Martins Rigueiro de Sá Pereira, Rosa Maria Sousa, Susana Catarina Simões de Almeida, Maria João Rodrigues dos Santos, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Ana Sofia da Costa Lousado, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino, Alexandre Edgar Mendes Rebelo, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, José Manuel Rodrigues Martins, Maria de Lurdes Jesus Cardoso Bastos, Carlos Teixeira das Neves, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Mário José de Sousa Gaspar e Abílio Lopes Semedo e sete abstenções dos Senhores Deputados Municipais: João Manuel Ferreira Louzado, Sofia Margarida Alves Martins, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Iola Marina Gaspar Baptista, João Manuel Lima Louceiro e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 03 horas e 43 minutos; fim: após 03 horas e 44 minutos) -----

Posteriormente foi usou da palavra o Senhor Deputado Municipal André Melo, que apresentou uma Declaração de Voto, demonstrando contentamento com o reforço de investimento no Concelho, com 2 milhões de euros investidos em obra e que, por exemplo, nas pavimentações serão gastos num ano mais 30% que nos oitos anos dos mandatos anteriores. Vincou a viragem efetuada, aprovada só e apenas pelo grupo Mais e Melhor – Movimento Independente, os quais agradecem ao Executivo, que continuarão a apoiar. (início: após 03 horas e 45 minutos; fim: após 03 horas e 45 minutos) -----

7) PROPOSTA N.º 16/2024 – REMUNERAÇÃO DOS TITULARES DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º E 4.º GRAU: -----

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe e questionar se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra a Senhora Deputada Municipal Susana Almeida, que no uso da palavra, iniciou por dar nota que o papel da Assembleia Municipal é, sobretudo, escrutinar a atividade do executivo, seja de forma elogiosa seja de forma crítica, olhando para o passado e para o futuro mas fazendo esse escrutínio de forma sensata e votando em conformidade, acrescentando no entanto que a Assembleia Municipal pode ter também um papel de intervenção na Comunidade e proximidade com os Municípios, promovendo a democracia participativa com a realização de algumas atividades para o efeito. Sobre o ponto em apreço, referiu que, tal como afirmado em mandatos anteriores, quando a atuação do executivo merece o elogio, ele deve ser feito e merece o respaldo devido. Considerou que foi feita uma interpretação adequada dos preceitos legais invocados na proposta apresentada, constatando com apreço que a autarquia está em linha e respeita o reforço salarial dos seus trabalhadores, sendo premente atrair recursos humanos qualificados e revitalizar o corpo técnico do Estado com rejuvenescimento, capacitação e valorização dos quadros da administração pública e, em particular, da administração local. Explicitou que com a aplicação do Decreto-Lei 13/2024, de 10 de janeiro, foi implementada uma nova estrutura remuneratória na carreira geral de técnico superior, com a valorização desta mesma carreira através da redução do número de posições remuneratórias de 14 para 11, e o reposicionamento dos trabalhadores nesta nova estrutura remuneratória fez-se com a apontada, e bem, neutralidade orçamental, ou seja, do reposicionamento não resultou qualquer valorização remuneratória. Concluiu, dizendo que foi respeitado o princípio da igualdade e da justiça e outra solução não poderia ser adotada para a fixação de remuneração dos chefes do setor e unidade que não a proposta pela autarquia e, portanto, a interpretação merece apoio. (início: após 03 horas e 47 minutos; fim: após 03 horas e 51 minutos) -----

Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com vinte e cinco votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Carlos Alberto da Costa Cabral, Joana Isabel Martins Rigueiro de Sá Pereira, João Manuel Ferreira Louzado, Rosa Maria Sousa, Susana Catarina Simões de Almeida, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Ana Sofia da Costa Lousado, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino, Alexandre Edgar Mendes Rebelo, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Iola Marina Gaspar Baptista, José Manuel Rodrigues Martins, Maria de Lurdes Jesus Cardoso Bastos, Carlos Teixeira das Neves, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Mário José de Sousa Gaspar, Abílio Lopes Semedo e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira e um voto contra do Senhor Deputado Municipal: João Manuel Lima Louceiro. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º _____

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 03 horas e 52 minutos; fim: após 03 horas e 52 minutos) -----

Posteriormente foi usada a palavra o Senhor Deputado Municipal João Louceiro, que apresentou uma Declaração de Voto, cuja transcrição requereu: -----

“A valorização dos salários, bem como das pensões, é uma necessidade que precisa de concretização e que integra, de forma destacada, as propostas políticas do PCP. Não sendo o único, é um fator insubstituível que tem que estar presente para a construção de um modelo de franco desenvolvimento que contrarie o crescimento da pobreza, que fomente a justiça social e que estimule o crescimento económico. Falamos do aumento do salário mínimo nacional que, apesar das atualizações dos últimos anos (para as quais tanto contribuiu a luta dos trabalhadores e dos seus sindicatos de classe e intervenções e ações como as do PCP), se mantém em níveis inaceitavelmente baixos e que deve atingir os mil euros durante este ano. Mas falamos também dos outros salários que, sendo pouco mais ou bastante mais expressivos que o salário mínimo, se quedam há anos sem aumentos que permitam contrariar a generalizada e muitas vezes insuportável perda de poder de compra dos/as trabalhadores/as e dignificar as suas carreiras e profissões. É urgente um aumento geral e significativo dos salários em Portugal! -----

Na administração pública central, local e regional, as acumuladas perdas de poder de compra dos salários constituem um elemento central na perda de atratividade do exercício de funções públicas. As recentes medidas tomadas pelo governo para a valorização de alguns trabalhadores da administração pública, nomeadamente de técnicos superiores, pecam por ser insuficientes e, por isso, ineficazes, e ainda por serem tomadas de forma parcelar, esquecendo o carácter estrutural da necessidade da valorização salarial. São más opções que, aliás, estão na origem de fortes conflitos em diferentes setores. -----

Não obstante, o PCP considera que devem ser aproveitadas as raras oportunidades de efetiva valorização de salários, pelo que não acompanha a proposta aqui trazida sobre a remuneração dos/as trabalhadores/as da autarquia em posições de chefe de setor ou de unidade que correspondem, segundo o mapa de pessoal da câmara, a sete postos de trabalho com previsão de poderem chegar a nove. -----

Mais, os argumentos aduzidos a favor da proposta não nos convencem da sua bondade. A exigência de neutralidade orçamental que seria posta em causa por uma valorização possível dos salários teria forma de ser resolvida, tratando-se, isso sim, de opções no quadro do orçamento municipal; é de lembrar que, nesta mesma sessão, foi aprovada uma revisão orçamental que incorporou quase cinco milhões de euros do saldo de gerência de 2023 sem fazer face à possibilidade que estava em cima da mesa. Por outro lado, não colhe a justificação de que os trabalhadores que ocupam os cargos em apreço não vejam as suas remunerações valorizadas, dentro do possível, porque outros/as que estão em chefias de divisão não beneficiaram de aumentos. É o nivelamento por baixo que é socialmente regressivo

e que não aceitamos, o que nos dá ainda mais força para lutarmos por aumentos gerais e significativos de todos os salários. -----

Por tudo isto, o PCP votou contra a Proposta n.º 16/2024.” (início: após 03 horas e 52 minutos; fim: após 03 horas e 56 minutos) -----

E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, pelas 00 horas e 31 minutos, do dia 17 de fevereiro de 2024, da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada por mim _____,

Rui Miguel Esteves Machado, nomeado por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mealhada, para apoio administrativo à Assembleia Municipal, que a redigi, bem como pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no número 3 do artigo 57º, da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual. -----

Mealhada, 17 de fevereiro de 2024. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal -----

Carlos Alberto da Costa Cabral. -----